

O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas

Por Abner Cohen. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 170 p.

100 Não sou antropólogo, mas vejo no livro de Abner Cohen a potencialidade que a análise antropológica contém para a análise de organizações. Em parte, o autor procura mostrar esse aspecto, deixando, entretanto, um campo muito grande para outros desenvolvimentos.

Seu interesse nas sociedades complexas contemporâneas leva-o naturalmente ao problema da organização. Percebe claramente a existência de grupos de interesses que se organizam formalmente nas sociedades industriais avançadas, mas percebe igualmente que muitos desses grupos organizam-se informalmente. Esta última articulação pode envolver amizade, parentesco, rituais e cerimônias.

O interesse fundamental de sua análise da articulação de grupos está na visão das relações sociais como caracterizadas por um aspecto que raramente lhes foge: o poder. Seria lícito dizer que o exercício, a distribuição e a manutenção do poder permeia um número muito grande de relações sociais e políticas na sociedade moderna.

Ocorre que as relações sociais são sustentadas por formas e gestos simbólicos. A sociedade fornece ao indivíduo, no desenvolvi-

mento de sua identidade, os modelos carregados de conseqüências sociais. Isto explica por que as conseqüências do gesto simbólico estão freqüentemente fora das intenções dos que dele se utilizam.

Os símbolos que sustentam relações sociais, freqüentemente de poder, devem ser entendidos como objetos, atos, conceitos ou formas lingüísticas que impelem o homem à ação, detonando sentimentos e emoções. Os símbolos envolvem ambigüamente diversos significados. Por símbolo dominante podemos entender aquele que evoca sentimentos e emoções em alta intensidade, tem grande densidade de significados e impele fortemente os homens à ação. Em termos opostos está o signo que não tem densidade de significados, além de não precisar evocar emoções e sentimentos.

Os agrupamentos específicos, que se mantêm em grande medida graças ao desenvolvimento desses símbolos, tendem a associá-los no interior de ideologias ou visões dinâmicas de mundo. Nessas ideologias percebe-se a integração dos símbolos das relações interpessoais e daqueles dos rituais que dizem respeito aos problemas mais genéricos da existência humana. Tais símbolos reforçam-se mutuamente, expressando e ratificando a organização política dos grupos.

Não se pode afirmar que os padrões simbólicos de comportamento sejam exclusivos dos grupos informais. Na realidade, os grupos formalmente organizados também precisam deles em diversos momentos. Adicione-se ainda que tais grupos desenvolvem interações padronizadas que nada ou pouco têm a ver com sua estrutura formal, mas que constituem dados concretos da organização total e de seu funcionamento. Isto só vem fortalecer o papel do universo simbólico. Ainda assim, a importância dos grupos informais que permeiam as sociedades contemporâneas é central e ali a estratégia simbólica é um dado fundamental.

Evidentemente, um grupo, para agir, precisa de ação. Em suma, ele deve distinguir-se dos demais, deve recorrer a uma ou a diversas

formas simbólicas para definir tal distinção. Sabe-se que em grupos primitivos a descendência constitui um elemento importante de diferenciação. Sua importância em sociedades muito móveis e amplas é minimizada. Mesmo assim, há muitos casos de adaptação. Não são estranhas ao mundo moderno, por exemplo, as linhagens que desenvolvem empresas econômicas. Bem mais importantes do que o princípio da descendência adaptada, porém, parecem ser crenças e práticas rituais, exclusivismo moral, estilo de vida, comunicação, tomada de decisões, autoridade e processo de liderança, como mecanismos ainda muito importantes no mundo contemporâneo.

No âmbito do Estado moderno, que detém o monopólio da violência legítima, os grupos de interesses não podem utilizar a coerção física para sustentar sua estrutura de autoridade. Precisam, portanto, manipular um poder normativo e simbólico para manter sua dominação. A autoridade se expressa hierarquicamente, envolvendo relações entre os superiores e inferiores, além de relações entre iguais. De forma geral, pelo menos na sociedade moderna, há ainda a garantir os mecanismos de mobilidade entre os diversos níveis. Não é fácil tornar a autoridade, assim configurada, um fenômeno aceito sem discussões. Geralmente, é preciso criar, realizar e perpetuar o mito da autoridade. Existe muito de cerimonial na manutenção da autoridade. Como afirma o autor, essa autoridade não é apenas refletida em cerimônias, mas é também nelas criada e recriada permanentemente.

Os grupos sociais que agem no mundo moderno usam e abusam das cerimônias de autoridade. Creio que concentrar-se, como faz Cohen, nos grupos informais é perder o melhor da festa. Tais grupos informais criam e recriam a autoridade, principalmente no âmbito de grandes organizações. Vitor Thompson analisou de forma original o que chamou de dramaturgia na organização. Ao que tudo indica, tal dramaturgia poderia ser analisada com muito mais profundidade utilizando-se a análise an-

tropológica, caso seu foco de atenção fosse, por exemplo, a grande empresa. Entendo também que o autor se perde demais no enunciado de diferentes correntes de pensamento, que não auxiliam muito na compreensão do problema básico, a saber: as relações de poder e o universo simbólico que as fortalece e que as garante. Com um pouco mais de empenho, o autor poderia, se fosse esse seu interesse, delinear uma teoria antropológica das organizações modernas.

Fernando C. Prestes Motta

Introdução à história da educação brasileira

Por Maria Luisa Santos Ribeiro. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978. 143 p.

Ao tecer críticas aos estudos sobre a história da educação no Brasil, Maria Luisa Santos Ribeiro chama a atenção para a quase inexistência de trabalhos que, em sua opinião, permitam aos estudiosos conhecer a evolução histórico-sociocultural do país e utilizá-la como suporte das informações sobre o desenvolvimento da educação. Constatando o fato de a aplicação do método dialético ter contribuído para a superação de dificuldades congêneres em outros campos de estudo, ela acredita que, dessa forma, também seria possível superar as falhas típicas dos estudos históricos acerca da educação. Por estas razões, propõe-se a "investigar a contribuição de tal método (dialético) na compreensão do fenômeno educacional brasileiro em toda a sua complexidade levando-se em consideração as mútuas relações que se estabelecem entre educação e sociedade brasileiras" (p. 18).

Para justificar a atitude desalentadora quanto ao panorama dos estudos históricos sobre educação, a autora apresenta no capítulo II uma análise e classificação das obras escritas sobre o tema no Brasil no período de 1812 a 1973, utilizando-se, entre outros, dos trabalhos de Dinah M. de Souza Campos, Laerte Ramos de Carvalho, Aparecida J. Gouveia sobre

a pesquisa educacional no país, além do próprio fichário da Faculdade de Educação da USP. Partindo-se desses dados e de um levantamento bibliográfico previamente elaborado, é que serão apontadas as principais falhas que marcam tais estudos. E, entre outros aspectos, ela destaca: "A utilização de estilo mais propriamente literário está presente em 12% das obras. Metodologicamente, este fato compromete por permitir a seleção e organização do material ao sabor de condições pessoais de memória, interesse, impressão à primeira vista etc., como também de preocupações simplesmente informativas" (p. 23). Assevera ainda: "13% das obras foram consideradas subsídios para a história da educação brasileira, uma vez que correspondem a uma coleta e organização intencional de dados quase que em 'estado bruto', sendo de grande valia aos educadores interessados no estudo histórico" (p. 24).

Prosseguindo na apresentação dos números que em sua opinião provam as dificuldades do campo de estudo, Maria Luisa Santos Ribeiro conclui "que a orientação metodológica prende-se a concepções não-dialéticas, uma vez que se limitam à descrição como forma de aprofundamento e ao estabelecimento de relações unilaterais entre educação e sociedade" (p. 25). Propõe-se, em contrapartida, o estudo de um período da história da educação brasileira investigado dialeticamente — 1932 a 1936 — período que inicia grandes transformações em nossa sociedade e que coloca como questão relevante o conhecimento da influência recíproca entre a organização escolar e as modificações sociais.

O capítulo III estabelece referências teóricas básicas para o estudo proposto e se inicia pelo que está determinado em seu título, ou seja, a Caracterização do método dialético — breve resumo das leis e categorias do mesmo e considerações sobre a sua aplicação ao estudo da sociedade — ao mesmo tempo em que tenta fornecer argumentos para que se compreenda a organização escolar na perspectiva dialética. As explicações são aqui